

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA nº 26/2020

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS ("IMA"), inscrito no CNPJ sob nº 12.958.179/0001-73, com sede na Av. Major Cícero de Góes de Góes Monteiro, 2197, Mutange, Maceió, Alagoas, CEP 57017-320, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. GUSTAVO RESSURREIÇÃO LOPES, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 051.912.644-01, portador do RG nº 99001218572 SSP/AL, e

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS ("CASAL"), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.400.383/0001-05, com sede na R. Barão de Atalaia, 200 - Centro, Maceió - AL, CEP 57020-510, neste ato representado por seu Presidente, Sr. WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº [REDACTED] SSP/AL e inscrito no CPF sob nº 091.[REDACTED] a teor do disposto no artigo 36, da Lei nº 6.787/2006, com a redação da Lei nº 7.625/2014; denominadas em conjunto "Partes";

CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil prescreve que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 estabelece o licenciamento ambiental como instrumento de controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais, conciliando o desenvolvimento econômico e o uso responsável dos recursos naturais, a conformidade e a qualidade ambiental, de modo a assegurar a sustentabilidade do meio ambiente, nos seus aspectos físicos, socioculturais e econômicos;

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e a Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, estabelecem que os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são atividades potencialmente poluidoras, degradadoras do meio ambiente e utilizadoras de recursos naturais, passíveis de licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO o teor da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;

CONSIDERANDO que a universalização dos serviços de saneamento é entendida como a ampliação progressiva da infraestrutura e do acesso aos serviços conforme preceitua a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;



CONSIDERANDO que as obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de saneamento são consideradas de utilidade pública nos termos do Art. 3º inciso VIII da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

CONSIDERANDO que constitui obrigação dos prestadores de serviços públicos de saneamento implantar e operar os sistemas de abastecimento de água de acordo com a legislação ambiental vigente;

CONSIDERANDO os desafios do setor de saneamento no Estado de Alagoas e a necessidade de se eliminar fatores que trazem insegurança aos investimentos e obstáculos que impedem o avanço com celeridade rumo à universalização dos serviços à população;

CONSIDERANDO ser imprescindível equalizar o imediatismo da aplicação da legislação ambiental e a progressividade necessária ao saneamento, garantindo avanço da ampliação da infraestrutura na forma mais benéfica à população;

CONSIDERANDO a necessidade de respeitar etapas de eficiência e conformidade, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental;

CONSIDERANDO que, embora os serviços esgotamento sanitário sejam prestados atualmente pela CASAL, o Estado de Alagoas e os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Maceió ("RMM"), regulamentada por meio da Lei Complementar Estadual nº 50, de 15 de outubro de 2019, estão convergindo esforços para a estruturação e licitação de um projeto de concessão amplo, o qual abrangerá a prestação regionalizada dos serviços de saneamento prestados nos referidos municípios;

CONSIDERANDO que constituirá obrigação da futura Concessionária dos serviços públicos de saneamento, nos termos do contrato de concessão a ser celebrado mediante a condução de processo licitatório, operar os sistemas de esgotamento sanitário de acordo com a legislação ambiental vigente, encarregando-se, no âmbito dessa atividade, entre outras obrigações, pela (a) remediação de situações de não regularidade ambiental na operação de infraestruturas atualmente existentes e (b) correção de passivos ambientais atualmente existentes;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica aos prestadores de serviços de esgotamento sanitário, por meio da fixação de prazos e condições razoáveis para a realização de estudos técnicos e levantamentos de passivos, bem como para o planejamento da execução de investimentos e outras ações necessárias à regularização da operação das infraestruturas existentes e correção dos passivos ambientais mapeados;

CONSIDERANDO que a futura Concessionária poderá aderir ao presente Termo de Ajustamento de Conduta, em razão da necessidade de fazer frente às obrigações assumidas no âmbito do contrato de concessão.

RESOLVEM de comum acordo celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA ("TAC"), mediante os seguintes termos:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I – Das Definições

1.1 Para os fins do presente TAC, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:

1.1.1 Concessionária: é a sociedade de propósito específico constituída pelo adjudicatário vencedor da Licitação que tiver por objeto a delegação dos serviços públicos de esgotamento sanitário a serem prestados de modo regionalizado na RMM, nos termos do Contrato de Concessão.

1.1.2 Contrato de Concessão: é o instrumento jurídico (e seus Anexos) celebrado entre o Estado de Alagoas e a Concessionária, com interveniência anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL) e da CASAL.

1.1.3 CAPEX: *capital expenditure*, ou despesas de capital, designa o investimento despendido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital de uma determinada empresa. Representa o montante de investimentos realizados em equipamentos e instalações de forma a manter a produção de um produto ou serviço ou manter em funcionamento um negócio ou um determinado sistema.

1.1.4 CAPEX Ambiental: CAPEX despendido em projetos com escopo na área de meio ambiente, seja para atendimento aos requisitos ambientais, melhoria gestão ambiental, seja para recuperação de áreas degradadas, correção de passivos e danos ambientais, dentre outras possibilidades abrangidas nesse escopo.

1.1.5 CASAL: é a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, sociedade de economia mista estadual, responsável pela prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado de Alagoas.



- 1.1.6 Diagnóstico de Conformidade Ambiental: Diagnóstico dos sistemas e unidades operacionais com objetivo de verificar a conformidade e identificar passivos ambientais.
- 1.1.7 Plano de Conformidade Ambiental: Plano em que são estabelecidas as metas, prazos, ações e respectivas estimativas de investimentos em obras e serviços de engenharia para atendimento a requisitos ambientais e recuperação de áreas degradadas identificadas no Diagnóstico de Conformidade Ambiental.
- 1.1.8 Plano de Recuperação de Área Degradada: documento que orienta a execução e o acompanhamento ou monitoramento da recuperação ambiental de uma determinada área degradada contemplando caracterização da área degradada e entorno, escolha de proposta de recuperação para a área degradada, detalhamento das técnicas e ações a serem adotadas para a recuperação, inclusão de proposta de monitoramento e avaliação da efetividade da recuperação, dentre outros.
- 1.1.9 Revisão extraordinária: objetiva a recomposição de obrigações e prazos do TAC em virtude da ocorrência de eventos não previstos inicialmente.
- 1.1.10 RMM: é a Região Metropolitana de Maceió, constituída nos termos da Lei Complementar estadual nº 50, de 15 de outubro de 2019.
- 1.1.11 TAC: é o presente Termo de Ajustamento de Conduta, instrumento celebrado entre o IMA e a **CASAL**, sendo permitida a adesão da futura Concessionária dos serviços de esgotamento sanitário da RMM, que mediante a adesão se tornará responsável pelo cumprimento das obrigações estabelecidas no presente TAC referentes ao seu escopo de atuação, conforme definido no Contrato de Concessão a ser celebrado com o Estado de Alagoas.

Seção II – Da Legislação aplicável

- 1.2 O TAC será regido e interpretado de acordo com o ordenamento jurídico vigente na República Federativa do Brasil e no Estado de Alagoas.
- 1.3 As obrigações previstas nesse TAC devem levar em consideração o disposto na legislação ambiental aplicável, em especial as Leis Federais nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nº 12.651, de 25 de maio de 2012, Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de

2006 (e suas alterações), sem prejuízo de outras normas regulamentares aplicáveis, notadamente as editadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente – CEPRAM e pelo Instituto do Meio Ambiente – IMA/AL.

Seção III – Governança e comunicações entre as partes

- 1.4 Todas as comunicações recíprocas, relativas ao TAC, serão consideradas como efetuadas, se entregues por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), ou por portador, com protocolo de recebimento. Em qualquer dos casos, deverá sempre constar o número do TAC, o assunto e o nome do remetente.
- 1.5 Todas as reuniões relativas ao escopo e objeto do TAC devem ser documentadas por meio de ata.
- 1.6 O acesso às comunicações recíprocas mencionadas na subcláusula 1.4 será franqueado à Concessionária, caso haja adesão ao presente TAC, nos termos da subcláusula 2.10.
- 1.7 As partes deverão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do presente TAC, apresentar, por escrito, os nomes, correspondentes cargos e contatos (endereço e e-mail) dos respectivos empregados ou representantes designados para serem responsáveis, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.
- 1.8 Em caso de adesão da Concessionária ao TAC, o prazo previsto na subcláusula 1.7 se inicia para a Concessionária a partir da comunicação encaminhada nos termos da subcláusula 2.10.1.
- 1.9 Qualquer alteração nos nomes e correspondentes cargos dos respectivos empregados ou representantes designados nos termos da subcláusula 1.7 deverá ser objeto de comunicação entre as partes em até 5 (cinco) dias úteis após a alteração.

Seção IV – Dos anexos

Anexo I – Listagem dos Sistemas e Unidade Operacionais

Anexo II – Roteiro de Diagnóstico de Conformidade Ambiental

Anexo III – Roteiro de Plano de Conformidade Ambiental

Anexo IV - Roteiro de Relatório Final de Conformidade Ambiental

Anexo V – Lista de documentos “*Checklist*” obrigatórios para ingresso dos processos de regularização ambiental das infraestruturas listadas no Anexo I no Instituto do Meio Ambiente – IMA/AL

CAPÍTULO II – DO OBJETO

- 2.1 Constitui objeto do presente TAC a realização das seguintes atividades:
- 2.1.1. Diagnóstico de Conformidade Ambiental (Fase I);
 - 2.1.2. Plano de Conformidade Ambiental (Fase I);
 - 2.1.3. A execução das medidas propostas no Plano de Conformidade após a aprovação do IMA (Fase II);
 - 2.1.4. A execução de Relatório de Conformidade Ambiental (Fase II);
 - 2.1.5. A regularização do licenciamento ambiental dos sistemas listados no Anexo I, após o IMA aprovar o Relatório de Conformidade Ambiental (Fase III).
 - 2.1.6. A apresentação de Plano de Gestão Ambiental ao IMA (Fase IV).
- 2.2 Os efeitos do presente TAC se circunscrevem às infraestruturas elencadas no Anexo I afetos à prestação de serviços de abastecimento nos Municípios integrantes da RMM e operados pela **CASAL**.
- 2.3 O IMA autoriza, após o cumprimento das condições de eficácia previstas na Cláusula 2.11. e durante todo o prazo de eficácia do TAC, a operação dos sistemas e infraestruturas listados no Anexo I, se abstendo, a partir da assinatura do presente TAC, de aplicar penalidades de ordem administrativa decorrentes da eventual inobservância da legislação ambiental no âmbito da prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Maceió.
- 2.4 Por meio da adesão ao presente TAC, a Concessionária assumirá a responsabilidade pela adequação dos sistemas e unidades operacionais constantes no Anexo I aos padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em consonância com o Plano de Conformidade Ambiental, bem como pela adoção de medidas para correção de impactos negativos porventura causados ao meio ambiente em decorrência da operação dos referidos sistemas e instalações, objeto do Plano de Recuperação de Área Degradada, cumprindo as metas e os prazos acordados no presente instrumento.

2.5 Para os fins que se fazem necessários, a adequação, cessão e correção dos passivos e danos ambientais em decorrência da operação dos sistemas e unidades operacionais à legislação ambiental compreende, conforme instrumentos e fases descritos na cláusula 2.1, as seguintes fases:

- 2.4.1. Fase I: Diagnóstico e Planejamento.
- 2.4.2. Fase II: Execução
- 2.4.3. Fase III: Regularização do licenciamento ambiental
- 2.4.4. Fase IV: Manutenção e Melhoria Contínua

2.6 As datas de início, término e prazo de conclusão de cada fase serão detalhadas ao longo desse TAC.

2.7 Por meio do presente TAC, o IMA autoriza:

- 2.7.1. A continuidade de operação dos sistemas de abastecimento de água listados no Anexo I.
- 2.7.2. A título de compensação ambiental, a reversão na forma de CAPEX Ambiental, do valor de R\$ **132.153,00 (cento e trinta e dois mil, cento e cinquenta e três reais)**, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor total apurado pelo IMA em razão da cominação de multas devidas a título de regularização ambiental dos sistemas e instalações objeto do presente TAC.
- 2.7.3. Caberá à futura Concessionária a obrigação prevista na subcláusula 2.7.2, mediante a comprovação junto ao IMA, observando-se as condições e detalhamento documental a serem acordados junto ao referido órgão ambiental.

2.8 Para fins de reparação, recuperação e mitigação de eventuais impactos negativos decorrentes da operação irregular dos sistemas listados no Anexo I, a CASAL efetuará o pagamento do valor de R\$ **56.637,00 (cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais)**, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total apurado em razão da cominação de multas devidas a título de regularização ambiental dos sistemas e instalações, encerrando qualquer discussão ou autuações relacionadas às infraestruturas de saneamento objeto do presente TAC, figurando esse pagamento como condição de eficácia deste instrumento, na forma da subcláusula 2.1.1.

2.9 Os valores previstos nas subcláusulas 2.7.2 e 2.8 serão atualizados anualmente, a partir da data de celebração deste TAC, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

2.10 Não se inclui no objeto do presente TAC:

2.10.1 As infrações ambientais relacionadas às infraestruturas e sistemas não elencados no Anexo I ou cometidas após a celebração do presente TAC.

2.10.2 As obrigações assumidas em virtude de instrumentos, incluindo termos de ajustamento de conduta, firmados em data anterior a assinatura do presente instrumento.

2.10.3 Os sistemas de abastecimento de água em operação e já licenciados pelo IMA.

2.11 A futura Concessionária, após a celebração do Contrato de Concessão, poderá aderir ao presente TAC, assumindo as obrigações e os direitos condizentes com o objeto delimitado no Contrato de Concessão, inclusive a obrigação a que se refere a subcláusula 2.7.2.

2.11.1 A adesão a que se refere a subcláusula 2.11 terá os seus efeitos produzidos quando da celebração de Aditivo Epistolar ao presente TAC, devendo o IMA e a **CASAL** serem previamente avisados do aceite da Concessionária por correspondência firmada por seus representantes legais.

2.11.2 A adesão a que se refere a subcláusula 2.11 não implicará a sub-rogação da Concessionária no cumprimento da obrigação prevista na subcláusula 2.8, a qual se mantém sob a responsabilidade única e exclusiva da **CASAL**.

2.11.3 Não havendo a adesão da futura Concessionária de que trata a subcláusula 2.11, os sistemas serão passíveis de penalização por operação sem regularização ambiental.

Seção I – Da vigência e eficácia do TAC

2.12 A eficácia do TAC ficará condicionada aos seguintes eventos, sucessivamente:

2.12.1 ao cumprimento pela **CASAL** da obrigação prevista na subcláusula 2.8.

- 2.12.2 à celebração do contrato de concessão e a adesão da futura concessionária ao presente TAC nos termos da Subcláusula 2.10.1,
- 2.13 A vigência do TAC será pelo prazo total de 6 (seis) anos, contados a partir da data da sua eficácia, conforme disposto na subcláusula 2.12.
- 2.14 O TAC poderá ser prorrogado ou aditado, a critério das partes, em decorrência da necessidade de Revisão Extraordinária.
- 2.15 A renovação está condicionada ao atendimento das metas e prazos estabelecidos, exceto nas hipóteses em que o descumprimento dessas obrigações não puder ser comprovadamente imputado à **CASAL** ou a futura Concessionária.
- 2.16 O prazo de vigência do presente TAC terá sua contagem suspensa quando o avanço das fases de realização do objeto dependerem única e exclusivamente de análise e aprovação do IMA.

Seção II – Das Fases de Realização do Objeto

Subseção I – Da Fase I: Diagnóstico e Planejamento

- 2.17 Compreende o levantamento e verificação da conformidade ambiental dos sistemas e unidades operacionais, a proposição de metas, prazos e investimentos em obras e serviços de engenharia para atendimento a requisitos ambientais e recuperação de áreas degradadas (*CAPEX Ambiental*).
- 2.18 Terá início na data de eficácia do TAC.
- 2.19 Em caso de adesão ao TAC, a futura Concessionária terá um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses para entrega dos produtos e resultados esperados na Fase I, contados da data de eficácia do TAC.
- 2.20 O IMA terá um prazo máximo de 3 (três) meses para aprovação dos produtos e resultados esperados apresentados.
- 2.21 Produtos e resultados alcançados ao término da Fase I:
- 2.21.1 Diagnóstico de Conformidade Ambiental: verificação da conformidade ambiental dos sistemas e unidades operacionais em relação aos requisitos ambientais aplicados conforme modelo do anexo II.

2.21.2 Plano de Conformidade Ambiental: inclui metas, prazos e estimativa de investimentos (*CAPEX ambiental*) em obras e serviços de engenharia para atendimento a requisitos ambientais, correção de passivos e danos ambientais, recuperação de áreas degradadas dos sistemas e unidades operacionais de esgotamento sanitário pertinentes ao objeto deste TAC.

2.21.3 Após a apresentação do Plano de Conformidade Ambiental, o IMA deverá analisar a documentação apresentada, e em havendo a sua concordância, procederá com a emissão da RLI

Subseção II – Da Fase II: Execução

2.22 Compreende a execução de obras e serviços de engenharia necessários para atendimento aos requisitos ambientais e a recuperação de áreas degradadas.

2.23 Terá início após aprovação do Plano de Conformidade Ambiental pelo IMA.

2.24 Produtos e resultados alcançados ao término:

2.24.1 Melhoria da infraestrutura dos sistemas e unidades operacionais de acordo com os requisitos ambientais aplicáveis.

2.24.2 Recuperação de áreas degradadas.

2.24.3 Aquisição de equipamentos, obras e serviços de engenharia.

2.24.4 Relatório de Conformidade Ambiental.

Subseção III – Da Fase III: Regularização do Licenciamento Ambiental

2.25 Terá início após aprovação do Relatório de Conformidade Ambiental por parte do IMA.

2.26 Os pedidos de regularização da Licença de Operação ambiental devem ser requeridos no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias instruídos atendendo o *checklist* de documentos constantes no Anexo IV.

2.27 O licenciamento ambiental se dará individualmente e separadamente para cada sistema e unidade operacional constante do Anexo I, da seguinte forma:



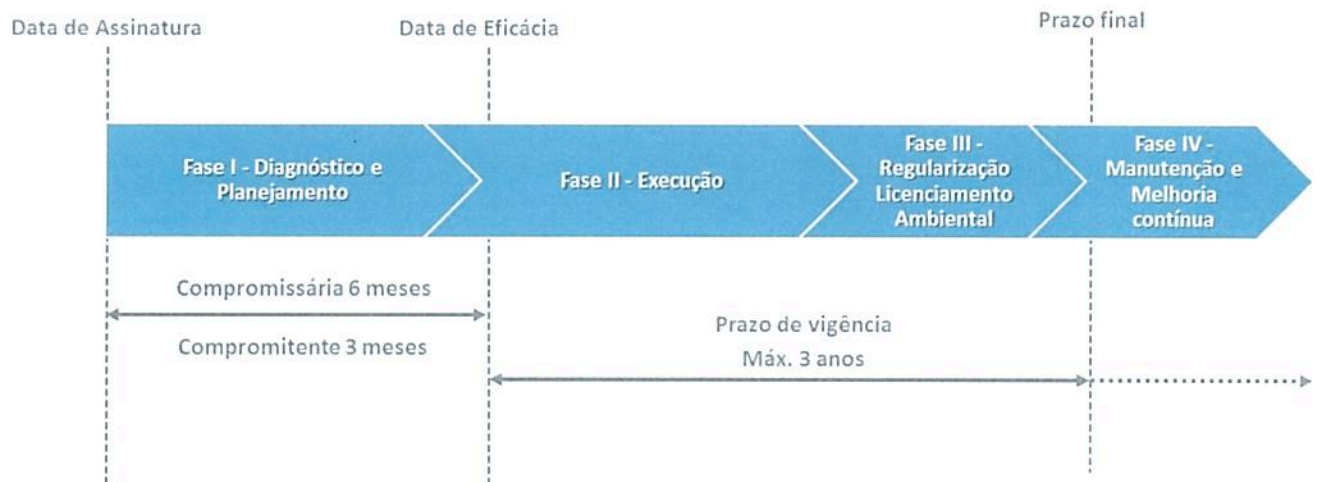
- 2.27.1 Sistemas de abastecimento de água: a licença ambiental compreenderá as unidades operacionais, redes coletoras, estações elevatórias de esgoto, estação de tratamento de efluentes e lançamento no corpo receptor.
- 2.28 O IMA assume o compromisso de priorizar a análise dos processos e emissão das licenças de regularização ambiental referentes ao objeto do presente TAC dentro dos prazos previstos no ART 12. da Lei Estadual nº 6.787/2006.
- 2.29 Durante a análise dos processos a **CASAL** ou a Concessionária, dentro da hipótese prevista no item 2.13, deverá atender à solicitação de esclarecimento e complementações formuladas pelo IMA dentro do prazo máximo de 3 (três) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação, sob pena de arquivamento, sem prejuízo de penalidades nos casos previstos em lei.
- 2.30 Nos processos de regularização ambiental (Fase III), o IMA não exigirá medida ou prestação compensatória ou mitigatória abusiva, em sede de eventuais estudos ambientais ou outras liberações de atividade econômica no direito ambiental e urbanístico nos termos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, não contemplados no presente TAC, assegurando uma solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais.

Subseção IV – Da Fase IV – Manutenção e Melhoria Contínua

- 2.31 Etapa final que compreende a apresentação do Plano de Gestão Ambiental com objetivo de implantar um sistema de gestão ambiental.

Subseção V – Cronograma e marcos de execução do objeto

- 2.32 Baseado nas datas de início, término e prazos das fases acima descritas o cronograma e marcos de execução do objeto é representado conforme figura abaixo.



CAPÍTULO III – DAS PENALIDADES

Seção I – Da Validade Como Título Executivo Extrajudicial

- 3 O presente TAC independe de homologação judicial, ao teor do que dispõe a Lei nº 7.347/85, valendo como título executivo extrajudicial.

Seção II – Do Descumprimento

- 3.1 O descumprimento total ou parcial de qualquer obrigação ora assumida implicará na obrigação de a **CASAL** ou a Concessionária, dentro da hipótese prevista no item 2.13, realizar o pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado, sem prejuízo da possível responsabilização administrativa e/ou criminal de atos daqueles que atentem contra as obrigações descritas neste termo e não terá direito ao ressarcimento e/ou indenização.
- 3.2 A multa a ser estipulada no item anterior terá o teto máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 3.3 Constatado pelo IMA o descumprimento, total ou parcial, de qualquer obrigação ora assumida será emitida notificação com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentação de justificativa a ser apresentada pela **CASAL** ou pela Concessionária, dentro da hipótese prevista no item 2.13. No caso de não acolhimento ou de não apresentação de justificativa incidirá multa prevista no item 3.1.

3.4 As Partes comprometem-se a envidar todos os esforços no sentido de resolver toda e qualquer controvérsia decorrente deste TAC ou a ele relacionada, em atenção aos princípios da boa-fé, da cooperação e da conservação dos negócios jurídicos. Assim, as Partes deverão, sempre que possível, prestigiar e adotar a negociação como mecanismo adequado de solução de controvérsia.

3.4.1 Alcançado consenso relativo a toda ou parte da controvérsia, as Partes reduzirão a termo a solução encontrada. Não alcançado consenso no prazo de 90 (noventa) dias, contado do recebimento pela Parte interessada da resposta, a negociação será considerada frustrada

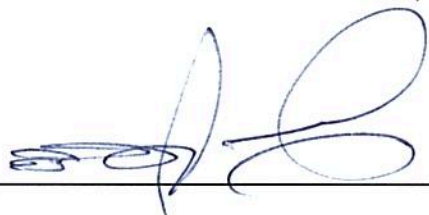
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

4 Este TAC poderá sofrer alterações a qualquer tempo, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento ou se mostrem tecnicamente necessárias, desde que efetuadas motivadamente e em comum acordo entre as partes.

4.1 Este instrumento tem caráter irrevogável e irretratável, não admitindo arrependimento por quaisquer das partes, reconhecendo as partes que o assinam na mais livre manifestação de vontade, ficando expressamente vedada qualquer arguição quanto à validade das cláusulas pactuadas.

4.2 E por estarem de acordo com as cláusulas acima transcritas e para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente TAC de conduta às exigências legais em 2 (duas) vias de igual teor e forma na forma da legislação de regência.

Maceió, 31 de março de 2020.



**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS –
CASAL**

WILDE CLECIO FALCÃO DE ALENCAR
DIRETOR PRESIDENTE



**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE
ALAGOAS – IMA/AL**

GUSTAVO RESSURREIÇÃO LOPES
DIRETOR PRESIDENTE



TESTEMUNHA: Luiz Cavalcante
Peinoto Neto

CPF: 064.584.024 - 65

TESTEMUNHA: Saluska Cavalcante
da Costa

CPF: 043.838.974 - 94

DOCS - 11468045v2 2970025 DFE

